

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Outubro de 2023

**PRODUMAC PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MARIA CLARA LTDA
MAIS SABOR ALIMENTOS LTDA-ME**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Terra Boa - Estado do Paraná.

Dr. Rodrigo do Amaral Barboza

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea "c" da Lei 11.101/2005.

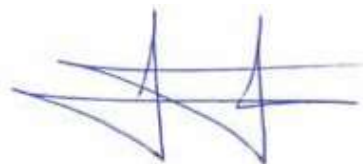
O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de **outubro de 2023**, das Recuperandas **Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME**, disponibilizadas pelo contador Christian Leandro Eduardo—CRC/PR 046254/O-0, devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no processo autuado sob o nº **0000912-07.2016.8.16.0166**, bem como no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 11 de dezembro de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES

OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	10
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	15
5. ENDIVIDAMENTO	29
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	34
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	41
GLOSSÁRIO	49
ANEXOS	51



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades das Recuperandas	Em razão da crise econômico-financeira que se encontram as Recuperandas, elas enfrentaram diversas dificuldades, dentre as principais, no período em análise, estão o alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas, a dificuldade de encontrar representantes comerciais, o aumento constante nos preços dos insumos de produção, a dificuldade de conseguir crédito devido ao grande número de protestos em seus cadastros e alto custo de logística de entregas. Almejando superar as dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, das quais se destacam a contratação de mais vendedores para ampliar o volume de venda, planejamento de produção com redução de custos, análise e redução de despesas fixas, redução de despesas de logística de entregas entre outras.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em outubro/23, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, que findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.
Informações Financeiras	Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no Disponível (10,04%), Estoques (26,56%) e Obrigações Tributárias (0,43%), além da redução em Outras Obrigações (-0,38%). Em relação ao resultado, nota-se que a redução na Receita Op. Bruta (-13,02%), somado ao aumento nas Deduções da Receita (17,31%), culminou na apuração de um Lucro do Exercício inferior ao da competência anterior em 16,71%, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.
Endividamento	No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram aos mov. 1.62-1.67 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de R\$ 4.421.771,80 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos). Ademais, no mov. 102 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de R\$ 2.761.668,98 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos). Outrossim, ao mov. 518, a Administradora Judicial após consolidação do Quadro Geral de Credores, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou o mesmo nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Plano de Recuperação Judicial	As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê no item 4.1 como principais meios de recuperação das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística; ampliar a delegação de competências que atualmente estão acumuladas na diretoria geral e gerencia comercial/operacional, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições na pessoa do seu diretor; implantação de eficiente sistema de apropriação de custos; definição de novos critérios para a determinação dos preços de vendas; implantar sistema de informações gerencias que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene; e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.
Informações Processuais	No período em apreço houve manifestações relevantes no processo, como a juntada, pela Recuperanda, do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de agosto/2023, bem como a juntada pela Administradora Judicial dos RMA's de competência de julho e agosto de 2023.



2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

Atividades das Recuperandas

Em razão da crise econômico-financeira que se encontram as Recuperandas, elas enfrentaram diversas dificuldades, dentre as principais, no período em análise, estão o alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas, a dificuldade de encontrar representantes comerciais, o aumento constante nos preços dos insumos de produção, a dificuldade de conseguir crédito devido ao grande número de protestos em seus cadastros e alto custo de logística de entregas. Almejando superar as dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, das quais se destacam a contratação de mais vendedores para ampliar o volume de venda, planejamento de produção com redução de custos, análise e redução de despesas fixas, redução de despesas de logística de entregas entre outras.

2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS

A empresa de constituição eminentemente familiar surgiu no ano de 1991 a partir da identificação de uma oportunidade de negócio prospectada pelos sócios fundadores e principais acionistas (pai e filho), que consistia na compra de salgadinhos de milho extrusado, a granel, para fracionar e embalar o produto em pequenas quantidades, com marca própria, e efetuar a revenda, na modalidade “pronta entrega”, em toda a região noroeste do estado do Paraná. Inicialmente a empresa foi denominada “Naturitos Indústria e Comércio de Salgados Ltda.” Com a expansão dos negócios e a boa aceitação da marca “Naturitos” no mercado regional, em 1994 os empreendedores optaram pela fabricação dos seus próprios produtos, e, contando com o ingresso de um novo sócio, adquiriram os primeiros equipamentos para iniciarem o processo fabricação de snacks de milho e pallet tipo baconzitos. Neste contexto, em 2000 surgiu a Recuperanda “Produmac”. A medida que o tempo transcorria foram lançadas outras variedades de snacks, permitindo significativa diversificação do mix de produtos fabricados pela empresa.

No ano de 2001, paralelamente à produção de salgadinhos, a empresa iniciou outra atividade, fabricando biscoitos com a marca MARIA CLARA. Esta nova linha de produção contemplou a fabricação de diversas variedades de biscoito, ampliando ainda mais o mix de produtos ofertados pela empresa. Em 2006, a Recuperanda Produmac busca nova diversificação em sua linha de produção, com o intuito de obter economias de escopo, aproveitando a estrutura de produção e a logística de distribuição de seus produtos. Para aproveitar estas oportunidades, realiza novos investimentos em máquinas, equipamentos e matérias-primas para fabricação de biscoitos tipo água e sal e crean crack. No entanto, em que pese o enorme esforço da empresa, a nova linha de produtos não prosperou, acarretando prejuízos estimados em mais de US\$ 250.000 dólares.

Neste contexto, em 2008, houve a saída do sócio que havia ingressado anteriormente, o que implicou na retirada de capital equivalente a 33% do patrimônio da empresa. Apesar deste impacto, a empresa permaneceu no mercado e operando com todo empenho necessário para preservar sua marca e sua fatia do mercado. Ato contínuo, em 2009, a empresa Naturitos Alimentos Ltda. foi incorporada pela empresa PRODUMAC – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MARIA CLARA LTDA. As duas empresas possuíam acionistas comuns em seu quadro social e tinham o mesmo sócio como administrador, fazendo parte do mesmo grupo familiar.

Em 2011 ocorreu a abertura de outra empresa do grupo, a “MAIS SABOR ALIMENTOS LTDA-ME”, ocasião em que foram realizados investimento significativos para a instalação e funcionamento de uma fábrica de batata tipo chips, culminando na criação de vários empregos e expansão da produção. Esta nova ampliação/diversificação impôs ao Grupo Econômico a necessidades de novos investimentos complementares, como a ampliação da frota e mais capital de giro para financiar todo o seu ciclo operacional, como a aquisição de matéria-prima, pagamento dos funcionários, financiamento das vendas a prazo, etc.

Este novo cenário de desembolsos não amparados por recursos próprios, principalmente a partir de 2013, fez com a empresa necessitasse cada vez mais de recursos de terceiros. Frente a este ambiente econômico caracterizado por taxas de juros e encargos financeiros elevados, fez com as Recuperandas entrassem em uma forte ciranda financeira, que resultou, em curto espaço de tempo, em um endividamento crescente.



Atividades das Recuperandas

Em razão da crise econômico-financeira que se encontram as Recuperandas, elas enfrentaram diversas dificuldades, dentre as principais, no período em análise, estão o alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas, a dificuldade de encontrar representantes comerciais, o aumento constante nos preços dos insumos de produção, a dificuldade de conseguir crédito devido ao grande número de protestos em seus cadastros e alto custo de logística de entregas. Almejando superar as dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, das quais se destacam a contratação de mais vendedores para ampliar o volume de venda, planejamento de produção com redução de custos, análise e redução de despesas fixas, redução de despesas de logística de entregas entre outras.

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A crise econômico-financeira teve como causa a conjugação de eventos adversos que comprometeram a capacidade das Recuperandas de auferir lucro, tais como: i) disputa acirrada no mercado regional promovida pelos concorrentes de pequeno porte, o que comprometeu a margem operacional líquida; ii) busca de mercados distantes, o que ocasionou uma série de ineficiência na logística de distribuição dos produtos e elevação dos custos de distribuição; iii) política comercial focada no volume de vendas e não na preservação da margem operacional líquida; iv) elevados investimentos em imobilizações, com recursos próprios e de terceiros; v) aumento crescente do endividamento, com a rolagem da dívida a juros elevados; vi) falta de planejamento e critérios para a definição do capital de giro necessário para atender todo o ciclo operacional; vii) desequilíbrios recorrentes do fluxo de caixa; viii) elevados encargos financeiros; ix) elevada concentração de tomadas de decisão em um único diretor; x) inexistência de sistema de informações gerenciais; xi) limitações no sistema de apropriação de custo; xii) falta de critérios para a precificação; entre outros de menor relevância.

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Medidas adotadas:

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas são:

- Análise e redução de despesas fixas;
- Ampliação das linhas de vendas regionais;
- Planejamento de produção com redução de custos;
- Redução das despesas de logística de entregas;
- Contratação de mais vendedores para ampliar volume de vendas.

Principais dificuldades enfrentadas:

As principais dificuldades enfrentadas pelas Recuperandas no período foram:

- Dificuldade de conseguir crédito, devido ao grande número de protestos encontrado em nosso cadastro;
- Dificuldade de repassar o custo das repetitivas altas dos insumos ao preço final do produto.
- Dificuldade em encontrar representantes comerciais.
- Alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas.
- Alto custo da logística de entregas.



3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em outubro/23, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, que findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em outubro de 2023, não foram registradas mudanças na estrutura societária das Recuperandas, tais como: aportes de capital, investimentos em outras sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social das empresas. A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária das Recuperandas:

PRODUMAC PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MARIA CLARA LTDA

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Marcio Garcia Sanches	235.000	235.000,00	50,00%
Octavio Molina Sanches	235.000	235.000,00	50,00%
Total	470.000	470.000,00	100,00%

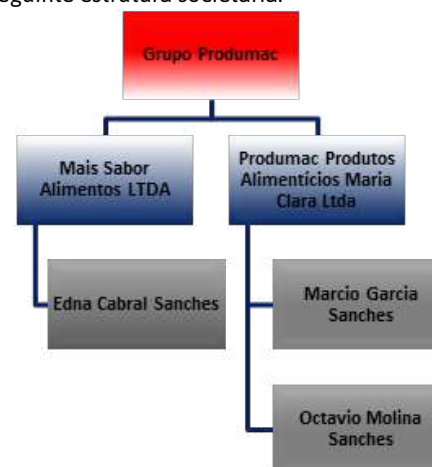
Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

MAIS SABOR ALIMENTOS LTDA-ME

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Edna Cabral Sanches	60.000	60.000,00	100,00%
Total	60.000	60.000,00	100,00%

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

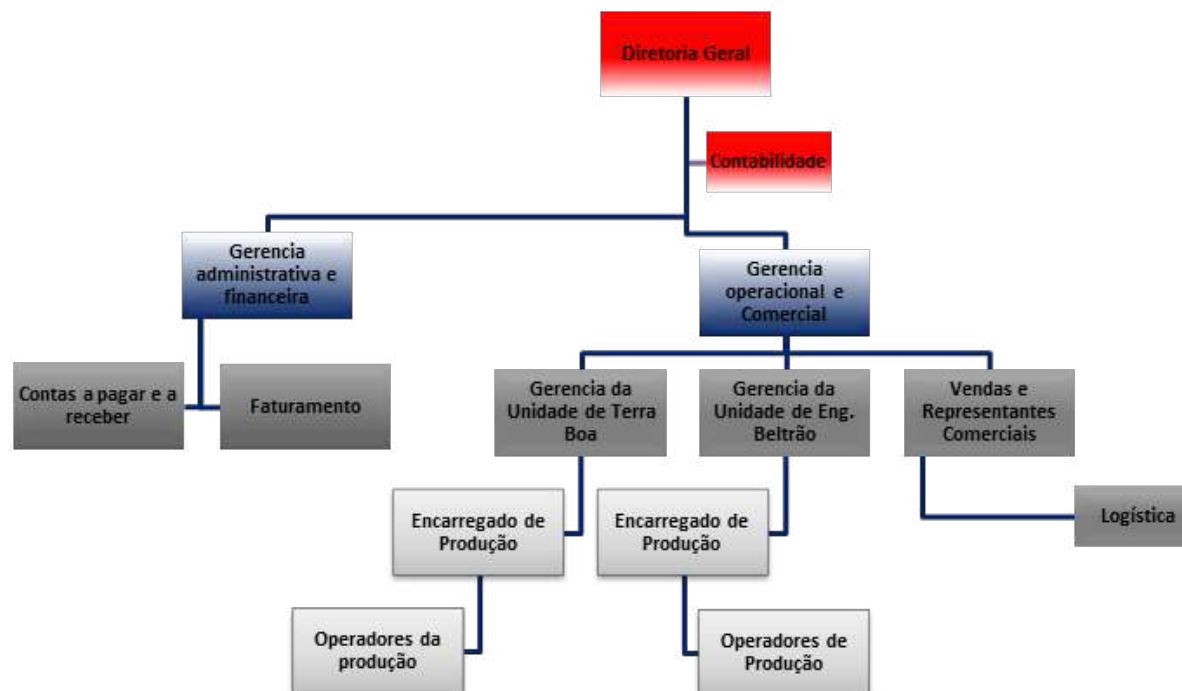
O Grupo Produmac possui a seguinte estrutura societária:



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em outubro/23, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, que findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

O Grupo Produmac possui as seguintes unidades de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA	03.887.207/0001-18	Terra Boa/PR
Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	14.303.212/0001-52	Terra Boa/PR

Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em outubro/23, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, que findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os principais FORNECEDORES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.904.383/0070-53
Agrobal Ind. E Com. LTDA	02.561.851/0001-39
L G Firace – Ingredientes	13.606.721/0001-91
Luk Ind. e Com. de Embalagens Plásticas LTDA	08.794.473/0001-10
Ajinomoto do Brasil Industria e Com. de Alimentos LTDA	46.344.354/0001-54
Comercial Atacadista A.C. Ltda	05.307.207/0001-27
Auto Peças Rodovia Ltda	78.413.432/0001-11

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas.

Os principais CLIENTES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Comércio de Gen. Alim. Ariluz Ltda	78.785.573/0001-65
Paulovic & Pisani Ltda	02.291.609/0001-92
Rede Super Ltda	02.105.874/0001-39
Supermercado Super Luna S.A	71.385.637/0009-49
Exportadora e Importadora Globo Ltda	15.924.442/0001-00
Mig Atacado e Varejo Ltda	85.244.168/0003-39
Comercial de Secos e Molhados Dal Pozzo Ltda	80.213.705/0001-26
Supermercado Superpão Ltda	77.883.320/0001-61
Transviviane Transporte de Cargas EIRELI	07.058.598/0001-19

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda.



Informações Operacionais

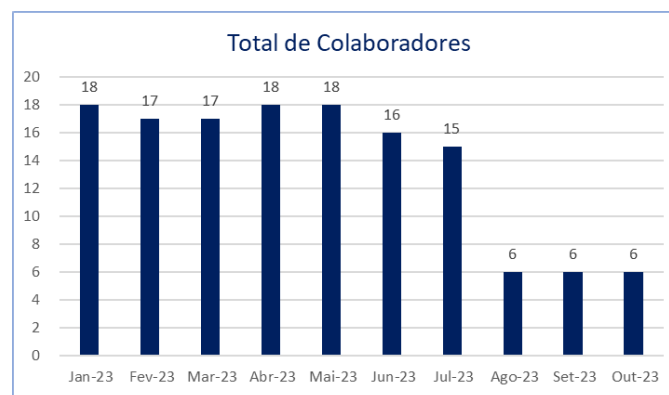
Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em outubro/23, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, que findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

3.5 COLABORADORES

As Recuperandas apresentaram a posição do quadro de colaboradores consolidada referente ao mês de outubro de 2023, não demonstrando a variação em relação a competência anterior, conforme tabela e gráfico seguintes:

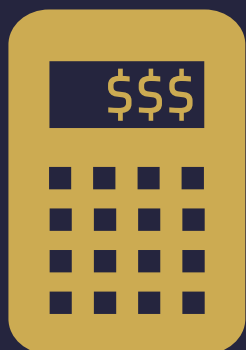
Colaboradores	Set-23	Out-23
Quantidade Inicial	6	6
(+) Admissões	0	0
(-) Demissões	0	0
Quantidade Final	6	6
Variação	0,00%	

Fonte: Grupo Produmac – Outubro de 2023



4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO
- 4.3 ÍNDICES FINANCEIROS



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial consolidada das Recuperandas no mês de outubro de 2023, demonstrando as variações horizontais e verticais em relação a competência anterior e saldo final do Ativo e Passivo, respectivamente, e ressaltando as principais variações ocorridas no período, conforme exposto abaixo:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	Set-23	Out-23	AH	AV	Ref.
ATIVO					
Circulante					
Disponível	17.590,86	19.357,85	10,04%	0,45%	a
Clientes	845.619,96	847.501,27	0,22%	19,67%	
Outros Créditos	2.085.701,52	2.088.218,14	0,12%	48,47%	
Estoques	132.381,44	167.537,35	26,56%	3,89%	b
	3.081.293,78	3.122.614,61	1,34%	72,48%	
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo	44.402,81	44.402,81	0,00%	1,03%	
Imobilizado	1.135.777,97	1.135.777,97	0,00%	26,36%	
Intangível	5.606,46	5.606,46	0,00%	0,13%	
	1.185.787,24	1.185.787,24	0,00%	27,52%	
TOTAL DO ATIVO	4.267.081,02	4.308.401,85	0,97%	100,00%	

Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	Set-23	Out-23	AH	AV	Ref.
PASSIVO					
Circulante					
Instituições Financeiras	1.573.754,70	1.573.754,70	0,00%	36,53%	
Empréstimos Particulares	649.101,10	649.101,10	0,00%	15,07%	
Fornecedores	6.614.967,76	6.634.713,96	0,30%	153,99%	
Obrigações Tributárias	1.114.962,05	1.119.749,89	0,43%	25,99%	c
Obrigações Trab. e Previdenciárias	1.114.705,33	1.117.869,83	0,28%	25,95%	
Outras Obrigações	2.236.793,06	2.228.254,69	-0,38%	51,72%	d
Recuperação Judicial	2.674.553,33	2.674.553,33	0,00%	62,08%	
	15.978.837,33	15.997.997,50	0,12%	371,32%	
Não Circulante					
Obrigações a Longo Prazo	1.225.453,29	1.225.453,29	0,00%	28,44%	
	1.225.453,29	1.225.453,29	0,00%	28,44%	
Patrimônio Líquido					
Capital Social	530.000,00	530.000,00	0,00%	12,30%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-13.467.209,60	-13.445.048,94	-0,16%	-312,07%	
	-12.937.209,60	-12.915.048,94	-0,17%	-299,76%	
TOTAL DO PASSIVO	4.267.081,02	4.308.401,85	0,97%	100,00%	

Notas:

- a) As Recuperandas demonstraram aumento de **10,04%** em seu **Disponível**, mais especificamente em **Bens Numerários**, que registrou **R\$ 18.459,27** em comparação a **R\$ 16.692,28** no mês anterior;
- b) Nota-se que o aumento em **Estoques (26,56%)** decorre do acréscimo em **Matérias Primas (33,57%)** e **Produtos Acabados (24,32%)**, que apontaram o aumento, em relação ao exercício anterior, de **R\$ 16.858,94** e **R\$ 18.705,72**, respectivamente;
- c) Em **Obrigações Tributárias** houve o aumento de **0,43%**, este mediante o acréscimo em **Impostos e Contribuições a Recolher**, que registrou **R\$ 1.002.501,35** comparado a **R\$ 997.713,51** na competência anterior;



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

d) A variação de **-0,38%** em **Outras Obrigações** ocorreu mediante o pagamento em **Contas a Pagar (-4,90%)** no montante de **R\$ 14.563,25**, findando o mês em análise com **R\$ 282.924,50** em aberto.



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) consolidada, foi fornecida pelas Recuperandas referente ao mês de outubro de 2023. Assim como no Balanço Patrimonial, demonstra-se as variações horizontais e verticais em relação a competência anterior e receita obtida, respectivamente, além do exposto, destaca-se a seguir as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Set-23	Out-23	AH	AV	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	35.294,60	30.698,00	-13,02%	100,00%	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-3.445,14	-4.041,39	17,31%	-13,16%	
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
IMPOSTOS INCID. SOBRE VENDAS	-3.445,14	-4.041,39	17,31%	-13,16%	a
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31.849,46	26.656,61	-16,30%	86,84%	
(-) CUSTO DOS PROD./MERC./SERV.	8.706,14	2.652,88	-69,53%	8,64%	b
(=) LUCRO BRUTO	40.555,60	29.309,49	-27,73%	95,48%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-12.113,88	-7.148,83	-40,99%	-23,29%	
DE VENDAS	-3.299,44	-3.225,66	-2,24%	-10,51%	
ADMINISTRATIVAS	-8.509,91	-3.291,40	-61,32%	-10,72%	c
DESPESAS FINANCEIRAS	-287,87	-718,96	149,75%	-2,34%	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-16,66	-10,79	-35,23%	-0,04%	
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	97,98	0,00%	0,32%	
(=) LUCRO OPERACIONAL	28.441,72	22.160,66	-22,08%	72,19%	
OUTROS RESULTADOS OP.	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
(=) RESULTADO ANTES DA CS E IR	28.441,72	22.160,66	-22,08%	72,19%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-869,41	0,00	-100,00%	0,00%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-966,01	0,00	-100,00%	0,00%	
(=) LUCRO/PREJ. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	26.606,30	22.160,66	-16,71%	72,19%	

Notas:

a) Apesar da redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, os **Impostos Incidentes sobre Vendas** aumentaram em **17,31%**, este aumento decorre do acréscimo em **ICMS (6,59%)** e **Simples Nacional (519,39%)**, que apresentaram



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

saldo superior ao anterior em **R\$ 179,68** e **R\$ 455,66**, respectivamente;

b) Nota-se que o saldo positivo em **Custo dos Produtos/Mercadorias/Serviços** deriva do saldo de **Estoque Inicial**, somado as **Compras**, ser inferior ao saldo do **Estoque Final**, demonstrando assim uma possível inconsistência contábil. Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de ajustes provenientes da contabilidade da Recuperanda;

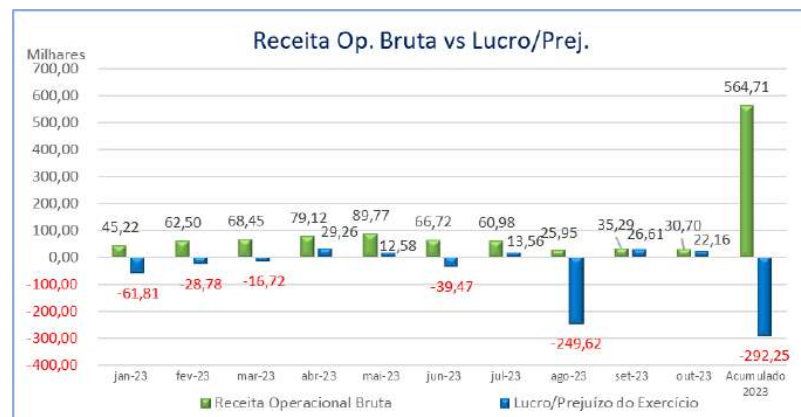
c) A redução de **61,32%** em **Despesas Administrativas** ocorreu mediante a ausência das despesas com **Lanches, Refeições, Copa e Cozinha, Manutenção de Máquinas e Equipamentos** e **Serviços de Informática**, que totalizaram **R\$ 5.225,04** na competência anterior.



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

No gráfico abaixo, demonstra-se a evolução da Receita Operacional Bruta em comparação ao Lucro/Prejuízo do Exercício. Até o presente momento nota-se que a Recuperanda apresentou lucro a partir de abril/23, havendo, como exceção, prejuízo nos exercícios de junho e agosto/23.



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

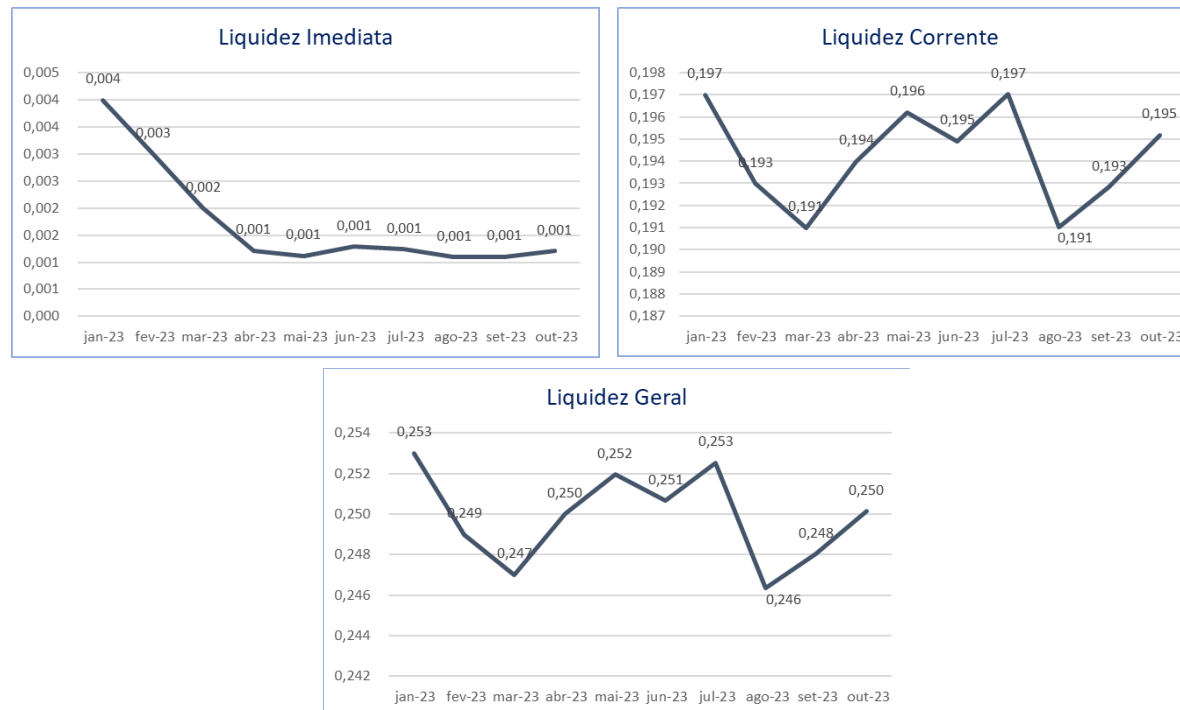
4.3 ÍNDICES FINANCEIROS

Seguem abaixo os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade das Recuperandas. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez						
Indicador Financeiro	Fórmula	Set-23	Índice	Out-23	Índice	VH
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	17.590,86	0,001	19.357,85	0,001	9,91%
	Passivo Circulante	15.978.837,33		15.997.997,50		
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.081.293,78	0,193	3.122.614,61	0,195	1,22%
	Passivo Circulante	15.978.837,33		15.997.997,50		
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	4.267.081,02	0,248	4.308.401,85	0,250	0,86%
	Passivo Circulante + Não Circulante	17.204.290,62		17.223.450,79		

Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.



Os **Índices de Liquidez** representam a capacidade de solvência das empresas, demonstrada através da **Liquidez Imediata, Corrente e Geral**, que apontam a utilização do ativo de prazo imediato, curto e longo, respectivamente, para liquidar as dívidas de prazo correspondente.

Deste modo, ao auferir o resultado maior que 1, o índice demonstra capacidade de solvência, menor que 1, a incapacidade de quitar as dívidas através de seu ativo, e igual a 1, equilíbrio financeiro.

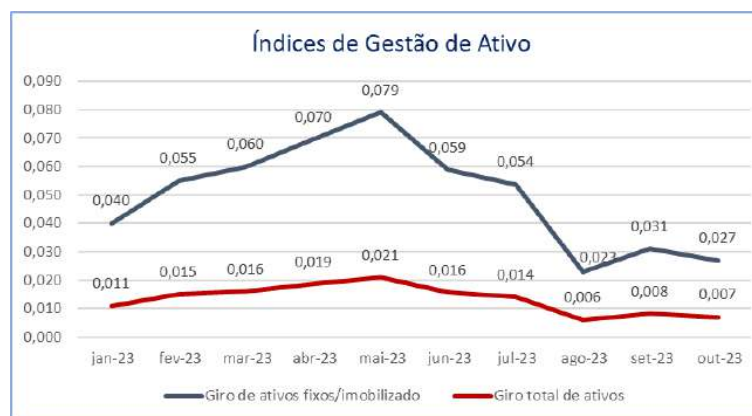
Conforme análise aos índices supra, verifica-se que não é possível utilizar dos ativos das Recuperandas para liquidar os passivos de prazo correspondente, entretanto, ressalta-se que este cenário é comum às empresas em Recuperação Judicial.



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

Índices de Gestão de Ativo						
Indicador Financeiro	Fórmula	Set-23	Índice	Out-23	Índice	VH
Índice de Giro de Ativos Fixos/Imobilizados	Receitas	35.294,60	0,031	30.698,00	0,027	-13,02%
	Ativo Imobilizado	1.135.777,97		1.135.777,97		
Índice de Giro Total de Ativos	Receitas	35.294,60	0,008	30.698,00	0,007	-13,86%
	Ativo	4.267.081,02		4.308.401,85		



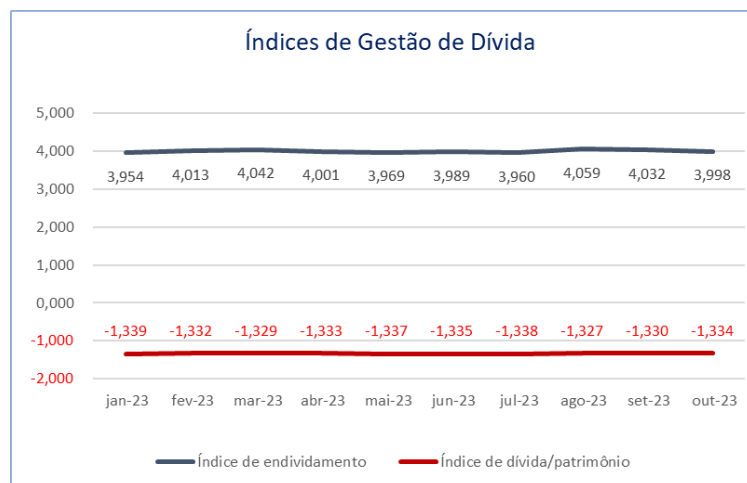
Os **Índices de Gestão de Ativo** demonstram o quanto a empresa gera de receitas através de seus ativos Imobilizados ou totais, conforme o indicador de **Giro de Ativos Fixos** ou **Giro Total de Ativos**, respectivamente, medindo assim, a eficiência no uso dos ativos mencionados e seu crescimento proporcional as receitas obtidas.

Verifica-se que as Recuperandas não possuem receitas suficientes para ultrapassar o montante de seus ativos Imobilizados e totais.

Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

Índices de Gestão de Dívida						
Indicador Financeiro	Fórmula	Set-23	Índice	Out-23	Índice	VH
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Não Circulante	17.204.290,62	4,032	17.223.450,79	3,998	-0,85%
	Ativo	4.267.081,02		4.308.401,85		
Índice de Endividamento Financeiro	Passivo Circulante + Não Circulante	17.204.290,62	-1,330	17.223.450,79	-1,334	0,28%
	Patrimônio Líquido	-12.937.209,60		-12.915.048,94		



Os **Índices de Gestão de Dívida** apontam a capacidade de liquidação do passivo (dívida com terceiros) através do ativo e patrimônio líquido, conforme o indicador de **Endividamento Geral** e **Financeiro**, respectivamente, quanto maior for seu resultado, mais endividada a empresa se encontra.

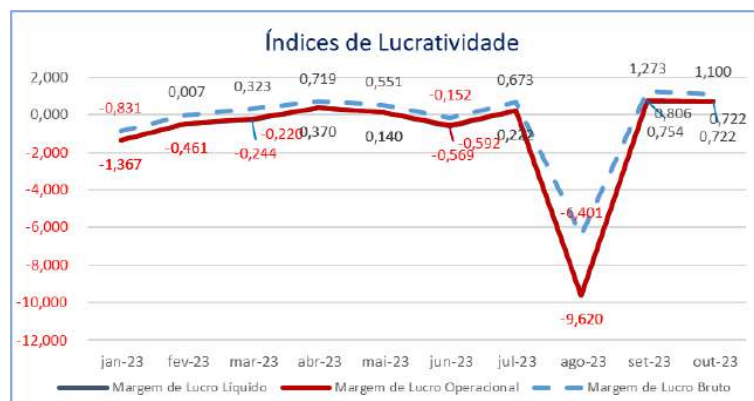
Em análise aos índices supra, verifica-se que as Recuperandas apresentam um endividamento superior ao ativo e patrimônio líquido, sendo o último com saldo negativo devido ao prejuízo acumulado.



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

Índices de Lucratividade						
Indicador Financeiro	Fórmula	Set-23	Índice	Out-23	Índice	VH
Margem de Lucro Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido	26.606,30	0,754	22.160,66	0,722	-4,24%
	Receita de Vendas	35.294,60		30.698,00		
Margem de Lucro Operacional	Lucro Operacional	28.441,72	0,806	22.160,66	0,722	-10,42%
	Receita de Vendas	35.294,60		30.698,00		
Margem de Lucro Bruto	Lucro Bruto	40.555,60	1,273	29.309,49	1,100	-13,65%
	Receita Operacional Líquida	31.849,46		26.656,61		



Os **Índices de Lucratividade** apresentam a capacidade operacional da empresa de gerar lucros a partir de suas receitas, deste modo, demonstram se a empresa está sendo lucrativa em suas operações. Quanto maior o resultado do índice, melhor.

Avaliando os Índices de Lucratividade e realizando uma comparação a competência anterior, nota-se, em outubro/23, a obtenção de resultados positivos mediante a apuração de Lucro no Exercício.

Informações Financeiras

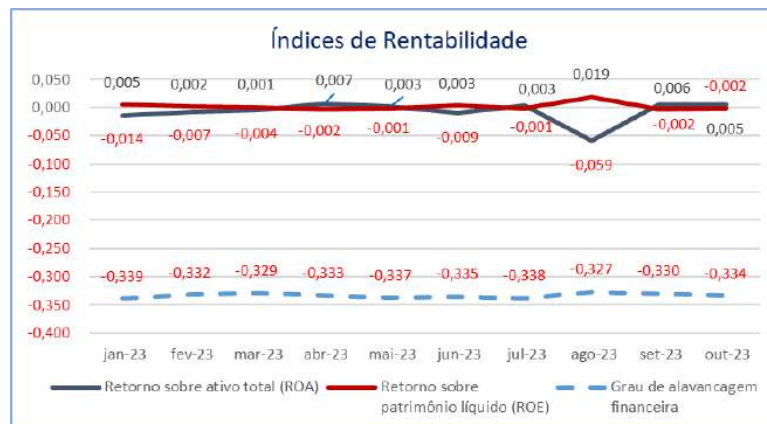
Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.

Índices de Rentabilidade						
Indicador Financeiro	Fórmula	Set-23	Índice	Out-23	Índice	VH
Retorno sobre Ativo Total (ROA)	Lucro/Prejuízo Líquido	26.606,30	0,006	22.160,66	0,005	-17,51%
	Ativo	4.267.081,02		4.308.401,85		
Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)	Lucro/Prejuízo Líquido	26.606,30	-0,002	22.160,66	-0,002	-16,57%
	Patrimônio Líquido	-12.937.209,60		-12.915.048,94		
Grau de Alavancagem Financeira	ROE	-0,002	-0,330	-0,002	-0,334	1,14%
	ROA	0,006		0,005		



Informações Financeiras

Referente a posição patrimonial das Recuperandas, em outubro/23, destaca-se o aumento no **Disponível (10,04%)**, **Estoques (26,56%)** e **Obrigações Tributárias (0,43%)**, além da redução em **Outras Obrigações (-0,38%)**. Em relação ao resultado, nota-se que a redução na **Receita Op. Bruta (-13,02%)**, somado ao aumento nas **Deduções da Receita (17,31%)**, culminou na apuração de um **Lucro do Exercício** inferior ao da competência anterior em **16,71%**, refletindo na queda dos índices financeiros de gestão de ativo, lucratividade e rentabilidade.



O **Retorno Sobre o Ativo**, em inglês, Return on Asset – ROA, evidencia a obtenção de lucro/prejuízo em relação aos investimentos (ativos) realizados na empresa, deste modo a rentabilidade do negócio é proporcional ao capital investido na atividade.

O **Retorno Sobre o Patrimônio Líquido**, em inglês, Return on Equity – ROE, demonstra o lucro/prejuízo alcançado pela empresa na gestão dos recursos próprios (patrimônio líquido), evidenciando o retorno obtido pelos acionistas.

O **Grau de Alavancagem Financeira** é um indicador que aponta o grau de risco do qual a empresa está submetida, ou seja, quanto mais dívidas a empresa contrai, maior é o grau de alavancagem.

Em análise aos índices, verifica-se que os sócios não estão obtendo retorno sobre o patrimônio investido, uma vez que o Patrimônio Líquido das Recuperandas se encontra negativo, resultando no ROE também negativo, além disto, nota-se que a apuração de Lucro no Exercício culminou em um saldo positivo de ROA, demonstrando retorno dos ativos pertencentes às Recuperandas.

5. ENDIVIDAMENTO

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas aos **mov. 1.62-1.67**, apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$ 4.421.771,80 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos)**. Ademais, no mov. 102 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 2.761.668,98 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos)**. Outrossim, ao mov. 518, a Administradora Judicial após consolidação do Quadro Geral de Credores, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou o mesmo nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações e do quadro geral por classe de credores:

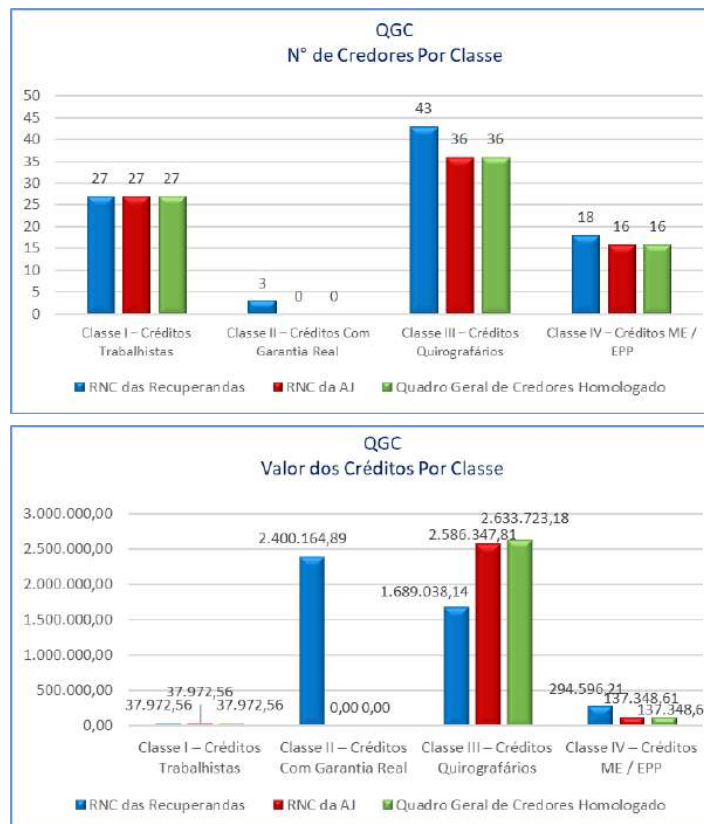
Classe	Moeda	RNC das Recuperandas		RNC da AJ (art. 7º, §2º, LFRJ)		Quadro Geral de Credores Homologado	
		Nº de Credores	Valor	Nº de Credores	Valor	Nº de Credores	Valor
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	27	37.972,56	27	37.972,56	27	37.972,56
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	3	2.400.164,89	-	0,00	-	0,00
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	43	1.689.038,14	36	2.586.347,81	36	2.633.723,18
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	18	294.596,21	16	137.348,61	16	137.348,61
Total		91	4.421.771,80	79	2.761.668,98	79	2.809.044,35

Fonte: Relação Nominal de Credores das Recuperandas (mov. 1.62-1.67), RNC da Administradora Judicial (102) e Quadro Geral de Credores Homologado (mov. 518).



Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.

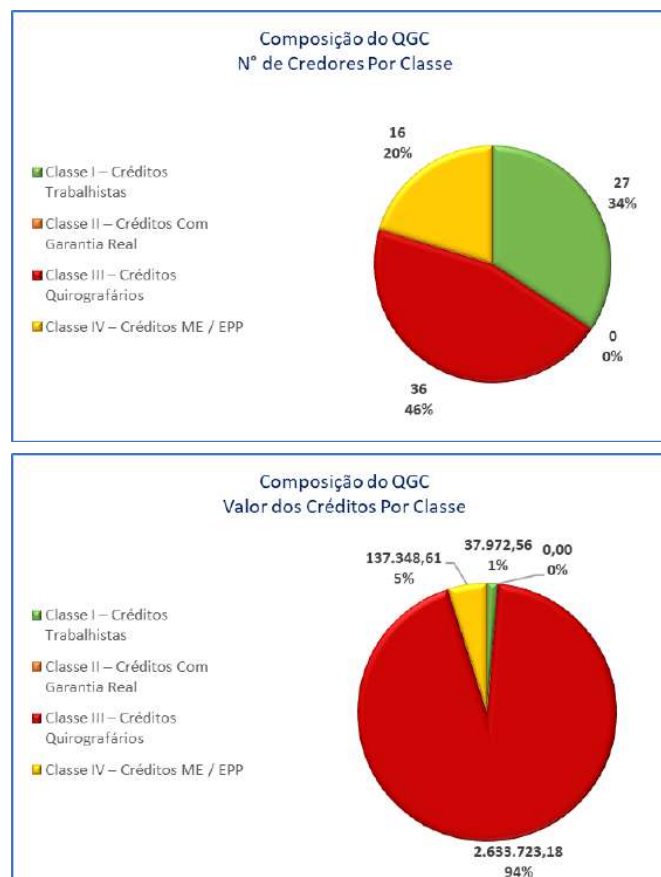


Fonte: Relação Nominal de Credores das Recuperandas (mov. 1.62-1.67), RNC da Administradora Judicial (102) e Quadro Geral de Credores Homologado (mov. 518).



Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.



Fonte: Quadro Geral de Credores Homologado (mov. 518).



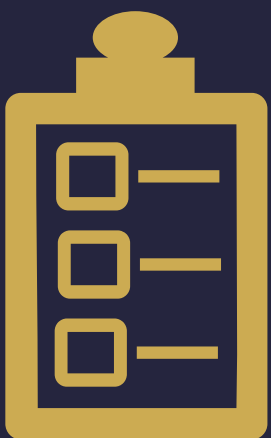
Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.



6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 6.1 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- 6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO
- 6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 4.1 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 e art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue uma síntese dos referidos meios:

- i. Restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas;
- ii. Redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros;
- iii. Determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;
- iv. Rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística;
- v. Ampliar a delegação de competências que atualmente estão acumuladas na diretoria geral e gerência comercial/operacional, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições na pessoa do seu diretor;
- vi. Implantação de eficiente sistema de apropriação de custos;
- vii. Definição de novos critérios para a determinação dos preços de vendas;
- viii. Implantar sistema de informações gerenciais que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;
- ix. Adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira;

6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 98 dos autos, apresenta-se na sequência uma síntese da forma de pagamento proposta pelas Recuperandas, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	Sem carência	Pagamento em até 30 dias após aprovação do plano.	-	Sem deságio
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	24 meses, a partir da homologação do PRJ.	96 parcelas mensais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores até R\$ 5.000,00	12 meses a contar a partir da homologação do PRJ.	06 parcelas mensais iguais.	Atualização pela Taxa Referencial (TR)	Sem deságio
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	24 meses a contar a partir da homologação do PRJ.	36 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	24 meses a contar a partir da homologação do PRJ.	96 parcelas mensais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores até R\$ 5.000,00	06 meses a contar da homologação do PRJ.	06 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	12 meses a contar da homologação do PRJ.	24 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	24 meses a contar da homologação do PRJ.	36 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio

Fonte: Plano de Recuperação Judicial do Grupo Produmac (mov. 98)



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Tendo em vista que as Recuperandas acostaram ao mov. 983 uma proposta de Plano de Recuperação Judicial Modificativo, apresenta-se uma síntese do mesmo:

Classe		Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	120 meses	Taxa Referencial (TR)	50%
	Fornecedores Com Valores A Receber Entre R\$ 5.001,00 e R\$ 50.000,00.	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	60 meses	Taxa Referencial (TR)	20%
	Fornecedores Com Valores A Receber Acima De R\$ 50.000,00.	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	120 meses	Taxa Referencial (TR)	50%
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores Com Valores a Receber Acima De R\$ 50.000,00	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	60 meses	Taxa Referencial (TR)	20%

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Modificativo de mov. 983



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

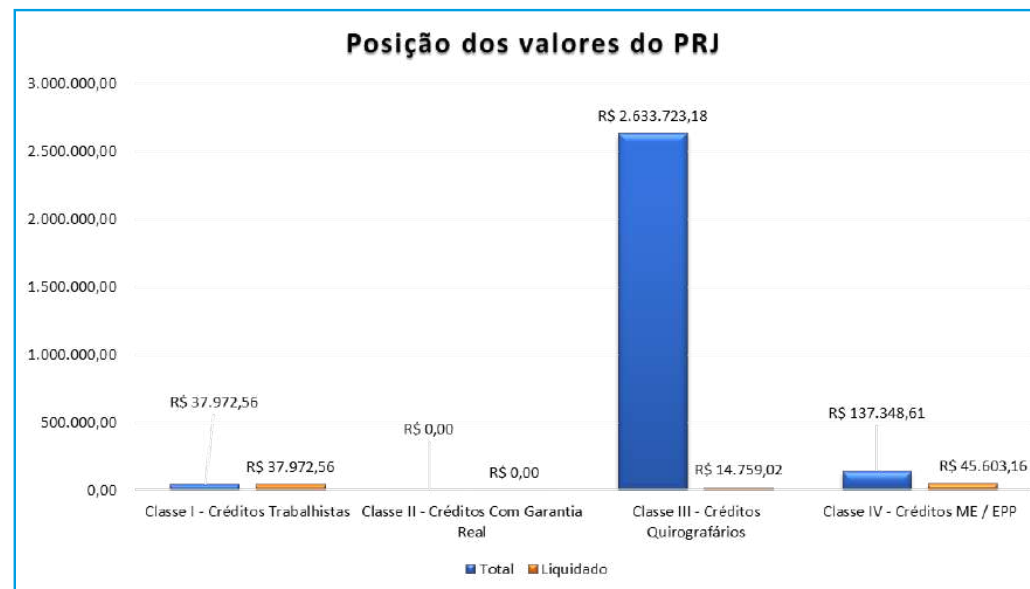
Classe	Subclasse	Valor Total (em reais)	Valor Liquidado (em reais)	Prazo para Pagamento	Venc. (PRJ)	% de Liquidação Subclasse
Classe I Créditos Trabalhistas	-	37.972,56	37.972,56	Pagamento em até 30 dias após aprovação do plano.	18/03/2018	100%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-	-
Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	1.390.001,18	14.479,18	96 parcelas mensais.	31/07/2020	1,04%
	Fornecedores até R\$ 5.000,00	14.759,02	14.759,02	06 parcelas mensais iguais.	31/07/2019	100%
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	342.596,32	9.516,56	36 parcelas mensais iguais.	31/07/2020	2,78%
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	886.366,66	9.232,99	96 parcelas mensais.	31/07/2020	0,69%
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores até R\$ 5.000,00	19.967,70	19.968,63	06 parcelas mensais iguais.	30/06/2019	100%
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	51.270,91	25.635,46	24 parcelas mensais iguais.	31/07/2019	50%
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	66.110,00	66.110,00	36 parcelas mensais iguais.	31/07/2020	100%

Fonte: Quadro Geral de Credores Homologado, Plano de Recuperação Judicial e Comprovantes de Pagamento Juntados nos Autos.



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.



Fonte: Quadro Geral de Credores Homologado, Plano de Recuperação Judicial e Comprovantes de Pagamento Juntados nos Autos.



7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

7.1 ANDAMENTO PROCESSUAL
7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

7.1 ANDAMENTO PROCESSUAL

As empresas ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial no dia 13/07/2016, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
03/10/2023	Juntada dos DRE's de competência do mês de agosto/2023 pela Recuperanda.	1228
04/10/2023	Manifestação do credor Banco Bradesco S.A. reiterando a interposição de apelação.	1230
19/10/2023	Juntada do RMA de competência de julho/2023 pela Administradora Judicial.	1246
31/10/2023	Juntada do RMA de competência de agosto/2023 pela Administradora Judicial.	1248

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam ou tramitaram neste juízo em processos apensos ou instâncias superiores, contra as Recuperandas outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Habilitação de Crédito autos nº 000677-06.2017.8.16.0166	Oi Movel S.A. X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	O habilitante apresentou habilitação de crédito a fim de que fosse retificado seu crédito constante na relação de credores para R\$ 3.159,65 (três mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) . Ao mov. 36, a habilitação foi julgada procedente, sendo que no momento se encontra arquivada definitivamente .
Cumprimento de Sentença nº 0001590-22.2016.8.16.0166	Valadares Advogados Associados X Banco do Brasil S/A	A ação originária de impugnação de crédito foi apresentada pelo Executado a fim de que fosse retificado seu crédito no Quadro Geral de Credores. Após o tramite regular da lide, na decisão de mov. 41.1 a ação foi julgada improcedente. Após oposição de ED pela Exequente, o Impugnante foi condenado a pagar honorários sucumbenciais no montante de R\$ 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais). Após decorrer o prazo para pagamento voluntário, o Exequente deu início ao cumprimento de sentença. Após o Executado dar cumprimento integral ao montante, o cumprimento de sentença foi extinto, conforme decisão de mov. 101, sendo que no momento os autos se encontram arquivados definitivamente .



Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

Processo	Partes	Situação
Impugnação de Crédito nº 0001547-85.2016.8.16.0166	Coamo Agroindustrial Cooperativa X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	A impugnação foi apresentada pelo Impugnante a fim de que seu crédito constante na relação de credores fosse retificado para o montante de R\$ 142.935,50 (cento e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Após o regular tramite da Impugnação, a lide foi julgada parcialmente procedente a fim de que o Crédito do Impugnante fosse retificado para R\$ 142.635,50 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Os autos transitaram em julgado 13/12/2017, e atualmente se encontram arquivados definitivamente .
Agravo de Instrumento nº 0029480-75.2018.8.16.0000	Banco do Brasil S/A X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	O Agravante (Banco do Brasil S.A.) interpôs agravo de instrumento em face de decisão que homologou a aprovação do plano de recuperação judicial (mov 1.10). Alegou-se que houve violação do princípio da <i>par conditio creditorum</i> , que a atualização monetária e juros aplicados pelo índice TR caracterizariam deságio tácito e que o período de carência previsto no plano ultrapassa o de supervisão judicial. Ademais, alegou que discorda da alienação dos ativos proposta no plano, que a novação da dívida quanto aos devedores coobrigados é ilegal e que a incidência do IOF independe de consenso, pois decorre de imposição legal. Em contrarrazões, as Recuperandas pugnaram pelo não provimento do recurso, face a legalidade do plano de recuperação. O Agravante apresentou contrarrazões requerendo o provimento do agravo, a fim de reformar a decisão que homologou o plano. O AJ e a Procuradoria Geral de Justiça se manifestaram pelo parcial provimento do recurso quanto a impossibilidade de novação da dívida dos coobrigados. O acórdão foi proferido no mov. 201 que negou provimento ao recurso. Por fim, os autos transitaram em julgado e foram remetidos à vara de origem.



Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento nº 0029721-49.2018.8.16.0000	Banco Bradesco S/A X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	O Agravante (Banco Bradesco S.A.) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face de decisão que homologou o PRJ peça ausência de fundamentação, prejuízo aos credores pelo longo prazo estipulado para o pagamento e o tempo de carência, atualização monetárias e juros aplicados pelo índice TR caracterizam deságio tácito e pela violação ao princípio da <i>pars conditio creditorum</i> . Em decisão inicial o pedido de efeito suspensivo foi indeferido. Em contrarrazões as Agravadas pugnaram pelo não provimento do recurso. O AJ e a Procuradoria Geral de Justiça se manifestaram pelo parcial provimento do recurso quanto a impossibilidade de novação da dívida dos coobrigados. O acórdão foi proferido no mov. 36.1 que negou provimento ao recurso. Por fim, os autos transitaram em julgado e foram remetidos à vara de origem.
Agravo de Instrumento nº 0004340-05.2019.8.16.0000	Caixa Econômica Federal (CEF) X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	A Agravante (Caixa Econômica Federal) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face de decisão que reconheceu a imprescindibilidade dos veículos de carga e utilitários atrelados a contratos de alienação fiduciária ou arrendamento mercantil, por mais quinze dias (mov. 1.5). Em decisão inicial o pedido de efeito suspensivo foi indeferido. O AJ se manifestou pela manutenção da decisão <i>a quo</i> que manteve a imprescindibilidade dos bens. A Procuradoria Geral de Justiça se manifestou pelo desprovimento do recurso. O acórdão foi proferido no mov. 41 onde negou provimento ao agravo de instrumento n. 0004970-61.2019.8.16.0000 e deu provimento ao agravo de instrumento n. 0004340-05.2019.8.16.0000 para afastar o reconhecimento da imprescindibilidade do imóvel em questão. Por fim, os autos foram transferidos para Recurso Especial nº 0004970-61.2019.8.16.0000 Pet 1. Por fim. Ao mov. 54 transitou em julgado , e ao mov.55 foram remetidos os autos para juízo de origem dando baixa definitiva.



Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento nº 0004970-61.2019.8.16.0000	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Agravantes (Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME) interpuseram agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão que reconheceu a imprescindibilidade dos veículos de carga e utilitários atrelados a contratos de alienação fiduciária ou arrendamento mercantil, por apenas mais quinze dias, entendendo que a empresa poderia contratar aluguéis de veículos ou serviços de frete para tanto (mov. 1.11). Em decisão inicial indeferiu-se o pedido de efeito suspensivo. As Agravadas ofereceram contrarrazões e o AJ se manifestou pela manutenção da decisão a quo. O acórdão foi proferido no mov. 46.1 e negou provimento ao agravo de instrumento n. 0004970-61.2019.8.16.0000 e deu provimento ao agravo de instrumento n. 0004340-05.2019.8.16.0000 para afastar o reconhecimento da imprescindibilidade do imóvel em questão. Por fim, os autos foram transferidos para o Recurso Especial nº 0004340-05.2019.8.16.0000 Pet 1.
Recurso Especial nº 0004340-05.2019.8.16.0000 Pet 1	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Recuperandas interpuseram Recurso Especial em face dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 0004340-05.2019.8.16.0000 e nº 0004970-61.2019.8.16.0000, que reconhecem a possibilidade de continuidade das ações que buscam a consolidação da propriedade fiduciária dos bens em questão. Requeriu-se a manutenção dos bens na posse das Recuperandas, tendo em vista que são essenciais ao desenvolvimento da atividade e, caso fossem retirados de sua posse, acarretariam o descumprimento do plano de recuperação e a falência. Em contrarrazões a Caixa Econômica Federal alegou que a decisão recorrida não merece reparo, uma vez que o plano de recuperação judicial já foi homologado e cessado em definitivo e o stay period já se encerrou. Em seguida, foi proferida decisão inadmitindo o Processamento do RESP, em consonância a súmula 7 do STJ. Trânsito em julgado ocorrido em 17/05/2021 .



Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

Processo	Partes	Situação
Recurso Especial nº 0004970-61.2019.8.16.0000 Pet 1	Caixa Econômica Federal (CEF) X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	As Recuperandas interpuseram Recurso Especial em face dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 0004340-05.2019.8.16.0000 e nº 0004970-61.2019.8.16.0000, que reconhecem a possibilidade de continuidade das ações que buscam a consolidação da propriedade fiduciária dos bens em questão. Requeru-se a manutenção dos bens na posse das Recuperandas, tendo em vista que são essenciais ao desenvolvimento da atividade e, caso fossem retirados de sua posse, acarretariam o descumprimento do plano de recuperação e a falência. Em contrarrazões a Caixa Econômica Federal alegou que a decisão recorrida não merece reparo, uma vez que o plano de recuperação judicial já foi homologado e cessado em definitivo e o stay period já se encerrou. Em seguida, foi proferida decisão inadmitindo o Processamento do RESP, em consonância a súmula 7 do STJ. Trânsito em julgado ocorrido em 29/04/2021 .
Agravo em Recurso Especial nº 0004970-61.2019.8.16.0000 AResp 2	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Recuperandas interpuseram Agravo Recurso Especial em face da decisão de que decisão monocrática de seq. 13, que inadmitiu o Recurso Especial de nº 0004970-61.2019.8.16.0000. Em seguida os Agravados apresentaram contrarrazões e os autos foram remetidos ao STJ, processo transitado em julgado em 29/04/2021 e baixa definitiva em 05/05/2021.
Agravo em Recurso Especial nº 0004340-05.2019.8.16.0000 AResp 2	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Recuperandas interpuseram Agravo Recurso Especial em face da decisão de que decisão monocrática de seq. 13, que inadmitiu o Recurso Especial de nº 0004340-05.2019.8.16.0000. Em seguida os Agravados apresentaram contrarrazões e os autos foram remetidos ao STJ. O recurso foi monocraticamente decidido, pela inadmissibilidade do mesmo, havendo tido trânsito em julgado na data de 17/05/2021 .



Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento nº 0001378- 67.2023.8.16.0000	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Banco Bradesco S.A. E Outros	As Agravantes (Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME) interpuseram agravo de instrumento sem pedido de efeito suspensivo em face da decisão que não deliberou sobre o pedido de encerramento da recuperação judicial das Agravantes, entendendo que existe uma Ação de Habilitação de Crédito incidental ainda não transitada em julgado. O Relator, em decisão inicial, intimou a Agravante para se manifestar sobre o cabimento do recurso, visto ter sido interposto contra a manifestação do magistrado sem conteúdo decisório. Intimados o Administrador Judicial e a PGJ para se manifestar. Em decisão monocrática, o d. Desembargador julgou pelo não conhecimento do recurso por perda superveniente de objeto. O recurso transitou em julgado na data de 11/08/2023.



Informações Processuais

No período em apreço, houve manifestações relevantes no processo, como a juntada do 83º Relatório Mensal de Atividades, além de proferida decisão que recebe os Embargos de declaração interposto no mov. 1170, reconhecendo a omissão contida na sentença nos termos do art. 63, IV da lei 11.101/05.

Eventos ocorridos
Eventos Futuros

7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
13/07/2016	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
10/08/2016	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
30/08/2016	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
10/08/2016	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
20/09/2016	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
21/10/2016	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ)
28/10/2016	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
24/11/2016	Publicação de Edital aviso de recebimento da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)
28/11/2016	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ (Art. 53, § único, LFRJ)
08/12/2016	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
09/01/2017	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
10/02/2017	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
27/11/2017	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra as Recuperandas – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
13/02/2019	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
11/06/2018	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
11/06/2020	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)
19/05/2023	Encerramento da Recuperação Judicial (art. 63 LFRJ)



GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
Grupo Produmac - Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Grupo Produmac
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo



ANEXOS



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY

Anexos

Durante o período sob análise - **outubro de 2023** - esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências das Recuperandas.



**CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP 87050-020
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br

[f](#) [@](#) [v](#) /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLMY SPKBW EJET5 RTYBY